

## Desafios atuais do pensamento político brasileiro



Por **BERNARDO RICÚPERO\***

*Quais instrumentos analíticos permitem compreender melhor o presente histórico?*

A história da Ciência Política no Brasil é uma história extremamente curta. Como é amplamente sabido, a disciplina da maneira que a conhecemos é um produto do golpe de 1964. A relação da ciência política com o autoritarismo não deixa, porém, de ser ambígua, já que deseja explicá-lo e é, ao mesmo tempo, beneficiária do sistema de pós-graduação produzido pela modernização autoritária brasileira.

Exemplo da preocupação com o golpe é a afirmação que abre a tese de Wanderley Guilherme dos Santos, *The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and the crisis of 1964*, defendida na Universidade de Stanford: “a tomada de poder militar em 1964 foi uma surpresa para muitos, um choque para outros e um alívio para aqueles que acreditavam que o presidente João Goulart havia comprometido seriamente seu governo em uma aventura populista de tipo radical”. Nessa referência, o autor de *Quem dará o golpe no Brasil?* convida “aqueles que estão insatisfeitos com suas avaliações anteriores a repensarem a política do período e a buscar uma explicação mais aprofundada para este evento decisivo” (SANTOS, 1979: V).<sup>[1]</sup>

Pouco antes, Bolívar Lamounier, também na sua tese de doutorado, *Ideology and authoritarian regimes: theoretical perspectives and a study of the Brazilian case*, defendida na Universidade da Califórnia/Los Angeles, argumentara, em sentido semelhante, que o golpe evidenciara que “nossas referências teóricas fornecem pouca orientação em situações concretas” (LAMOUNIER, 1974: 13).<sup>[2]</sup>

Por outro lado e de maneira complementar, o autoritarismo brasileiro também foi modernizador, promovendo o estabelecimento de um sistema de pós-graduação, cujo marco é a Reforma Universitária, de 1968. Assim, os primeiros mestrados em ciência política foram criados na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1965, e no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 1969, experiência da disciplina que, em boa medida, contrasta com a anterior como se teve, por exemplo, na cadeira de Política da USP. Concomitantemente, a afirmação da ciência política como disciplina se beneficia de uma atuação agressiva da Fundação Ford que, desde a Revolução Cubana, se envolveu numa disputa pela hegemonia cultural na América Latina, promovendo a vinda de professores norte-americanos e concedendo bolsas para que estudantes brasileiros realizassem pós-graduação nos EUA.

É verdade que a preocupação com o autoritarismo está presente no conjunto das ciências sociais produzidas no Brasil depois de 1964. Não por acaso, como indicou Luiz Werneck Vianna (1997), as ciências sociais do período voltaram-se prioritariamente para interpretar o que foi caracterizado como modernização conservadora brasileira, como se percebe em *A economia brasileira: crítica da razão dualista* (1972), de Francisco de Oliveira; *São Paulo e o Estado nacional* (1973), de Simon Schwartzman; *Politique et développement économique: structures de pouvoir et système de décision au Brésil* (1973), de Luciano Martins; *A revolução burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes; *Elite and state-building in imperial Brazil* (1975), de José Murilo de Carvalho; *Capitalismo autoritário e campesinato* (1976), de Otávio Velho; *Liberalismo e sindicato no Brasil* (1976), do próprio Werneck Vianna; *The agrarian roots of modernization in Brazil: 1880 - 1930* (1979), de Elisa Reis.

No entanto, o desafio foi especialmente relevante para a ciência política até em razão de tradicionalmente seu objeto privilegiado ser o Estado. Talvez ainda mais importante, o golpe acaba representando uma oportunidade para se afirmar a autonomia da política diante de outras esferas, como a social e a econômica. Na afirmação da especificidade da política e, junto com ela, da ciência política, os praticantes da disciplina voltam-se especialmente contra a sociologia e o marxismo, que tinham uma posição de destaque nas ciências sociais brasileiras antes do golpe.

Em termos contrastantes com a orientação até então dominante, valorizam a pesquisa empírica diante da preocupação conceitual. Nessa orientação, é possível tanto destacar o peso dos processos políticos como variáveis independentes para a quebra da democracia, como faz Santos (1979), como indicar que desafios políticos poderiam atrapalhar a consolidação do arranjo autoritário, como faz Lamounier (1974). Em termos mais amplos, depois de 1964 o Estado assume uma importância ainda maior no desenvolvimento do país, que estimula o estudo dos processos a ele associados.

Num certo contraste com a agenda de “aggionamento”, tanto Santos (1978) como Lamounier (1982), ao pensarem a ciência política brasileira, valorizam a anterior tradição ensaística como elemento próprio e distintivo da disciplina no país. O pensamento produzido no Brasil sobre questões políticas antes da institucionalização da disciplina funcionaria mesmo, segundo Lamounier (1982), como uma espécie de “estoque” de temas e problemas disponível para os posteriores cientistas políticos. Nessa referência, o pensamento político seria constitutivo da própria ciência política tal como entendida no Brasil.

Por outro lado, apesar do notável crescimento nos últimos anos do que passou a ser uma subárea, é questionável que o conjunto da comunidade de cientistas políticos brasileiros compartilhe da crença na importância do pensamento político. Mesmo assim, por vezes inconscientemente, continua-se a fazer uso do “estoque” fornecido por essa tradição. Cria-se, assim, uma situação curiosa; em que o pensamento político é parte constitutiva, mas desprezada da ciência política brasileira.

Voltando à breve reconstituição histórica, é possível assinalar que se a ciência política brasileira se ocupa privilegiadamente, nos anos 1960 e 1970, do autoritarismo, a disciplina passa a tratar, na década de 1980 e 1990, sobretudo da transição, consolidação e qualidade da democracia. Como na primeira situação, a orientação teórica não deixa de estar relacionada com desenvolvimentos políticos mais amplos, em especial, a progressiva retirada dos militares do poder. Concomitantemente, o interesse pelo Estado vai cedendo espaço para a sociedade civil, categoria que, durante a transição, assume um significado bastante específico.

Particularmente influentes no período é a literatura que passou a ser conhecida como “transitologia”. Na defesa da democracia, estes trabalhos assumem claramente uma posição normativa. Ao mesmo tempo, se mostram bastante pessimistas em relação ao funcionamento das “novas” democracias. Guillermo O’Donnell – importante cientista político argentino que morou diversos anos no Brasil – considerou, por exemplo, que estas democracias não seriam consolidadas ou institucionalizadas, mesmo que passassem a ser duradouras. Nessa referência, chegou a defender que a melhor caracterização para elas não seria como democracias representativas, mas como “democracias delegativas”, em que quem “ganha uma eleição presidencial é autorizado a governar o país como lhe parece conveniente” (O’Donnell 1991: 30).

Em sentido oposto, desde meados dos anos 1990, a ciência política brasileira passa a tratar não mais da consolidação da democracia, mas de como nossa democracia funcionaria. O motivo mais profundo para que se assumisse tal perspectiva seria a crença de que o Brasil seria uma democracia estável, o que poderia ser averiguado usando os mais diferentes critérios. Junto com a mudança de avaliação sobre o desempenho da democracia no Brasil, há também um certo deslocamento analítico: de um enfoque mais global, preocupado com questões mais amplas, como o Estado e regimes políticos, passa-se para abordagens mais específicas, que lidam com Estudos Legislativos, Políticas Públicas, Controles Democráticos e mesmo com Pensamento Político.

Nos últimos anos, ou melhor, desde pelo menos desde o golpe parlamentar de 2016, certezas recentes foram ou, ao menos, deveriam ter sido abaladas. Antes de mais nada, o pressuposto de que o Brasil seria uma democracia consolidada já não se sustenta. A posterior eleição de um presidente de extrema-direita que cotidianamente desafia as bases da nossa democracia sem que haja maior reação aos seus atos mostra como é urgente repensar a ciência política brasileira.

Para tanto, o pensamento político brasileiro pode ter um papel importante, até porque, diferente de boa parte da disciplina no país, nunca teve uma visão naturalizada do que é a democracia brasileira. Isso talvez até ocorra, em parte, devido à sua

origem ser, de certa forma, prévia à institucionalização das ciências sociais. Além do mais, o fato de seu material ser basicamente a história faz com que desconfie das certezas da época, espero, que qualquer que ela seja. Essas condições também facilitam que transite mais livremente entre as diferentes áreas da ciência política e das ciências sociais em geral. Em suma, tem uma maior predisposição para uma perspectiva crítica, que transcenda as condições de um momento ou outro.

De maneira sugestiva, se a reação ao golpe de Estado de 1964 foi de surpresa e de inquietação, tais sentimentos voltam a aparecer hoje. Os jovens cientistas sociais de um passado já aparentemente longínquo perceberam que não possuíam instrumentos analíticos para entender a situação que o país vivia depois do golpe militar. As ciências sociais brasileiras, e mais especificamente, a ciência política, tais como a conhecemos, são, em grande medida, o resultado da busca de respostas a essa apreensão. Mesmo que a atual crise política seja muito diferente de 1964, até porque vivemos num contexto posterior à guerra fria, em que a corrosão da democracia ocorre por dentro dela, também não dispomos de ferramentas conceituais para compreendermos o que ocorre nesses dias no Brasil. Até porque, de um momento para outro, se desfizeram boa parte das crenças que se formaram nas últimas décadas sobre a democracia brasileira, para as quais a contribuição da ciência política não foi desprezível.

Em suma, se coloca hoje um desafio cuja resposta determinará a própria relevância da ciência política brasileira. Para enfrentá-lo, o Pensamento Político pode desempenhar um papel importante.<sup>[3]</sup>

**\*Bernardo Ricupero** é professor no departamento de ciência política da USP. Autor, entre outros livros, de *Romantismo e a ideia de nação no Brasil* (WMF Martins Fontes).

## Referências

LAMOUNIER, B. 1974. *Ideology and authoritarian regimes: theoretical perspectives and a study of the Brazilian case*. PhD Thesis. University of California/Los Angeles, 1974.

O'DONNELL, G. 1991. "Democracia delegativa?" *Novos Estudos CEPRAP*. n. 31, pp. 25-40.

SANTOS, W. G. 1979. *The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and the crisis of 1964*, PhD Thesis, Stanford.

VIANNA, L. W. 1997. *A revolução passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.

## Notas

[1] Santos procura demonstrar que a crise que produziu 1964 seria uma crise de paralisia decisória, gerada no contexto de um sistema partidário caracterizado pelo que o cientista político italiano Giovanni Sartori chamou de pluralismo polarizado.

[2] Lamounier, defende que uma ideologia autoritária, criada na década de 1920 e 1930, funcionaria como uma verdadeira tecnologia política para os estratos superiores da burocracia militar e civil, preparando 1964.

[3] Texto baseado em apresentação nas IV Jornadas de Pensamento Político